I

GREJA-COMUNHÃO

O Concílio Vaticano II deixou para toda a Igreja uma tarefa complexa e nada fácil: substituir um sistema eclesial representado pela pirâmide por outro baseado no círculo e na posição horizontal, e passar de uma Igreja definida como “sociedade perfeita”, perfeitamente hierarquizada, para outra Igreja definida como “comunhão”.

Muito bem expressa Christifideles Laici: “Na Igreja-Comunhão, os estados de vida encontram-se de tal maneira interligados que são ordenados uns para os outros. Certamente é comum, direi mesmo único, sem dúvida, o seu significado profundo: o de constituir a *modalidade segundo a qual se deve viver a dignidade cristã e a universal vocação à santidade na perfeição do amor.* São modalidades ao mesmo tempo *diferentes e complementares,* de modo que cada uma delas tem uma sua fisionomia original e inconfundível e, simultaneamente, cada uma delas se relaciona com as outras e se põe ao seu serviço”[[1]](#footnote-1).

A Sagrada Congregação da Fé reafirmou isso em 1992 precisamente com o documento intitulado “Sobre alguns aspectos da Igreja como comunhão”. Esse texto destacou que todos os cristãos têm um papel ativo tanto no interior da Igreja como em função de sua missão no mundo. O mesmo João Paulo II expressou isso em um uma carta posterior: “A Igreja como comunhão (estabelece que) todos os membros do povo de Deus, a seu modo, participam o tríplice múnus de Cristo, a saber, o sacerdotal, o profético e o régio”[[2]](#footnote-2). O solo comum que sustenta todos os membros da Igreja-comunhão faz referência aos Sacramentos da Iniciação como fonte e fundamento comum a toda vida cristã; à chamada à santidade; à dignidade única e comum; à única missão eclesial partilhada por todos; e ao direito comum, que também é dever, de participar da missão evangelizadora da Igreja.

As novas relações na Igreja-Comunhão se estabelecem a partir do que une e não daquilo que separa. Isso não ocorria nos anteriores ecossistemas eclesiais, que preferiam realçar as diferenças entre os membros da igreja e, em consequência, forçavam a separação, as distâncias, os privilégios e as grandezas de uns em relação aos outros. Hoje estamos recuperando a consciência do campo comum, e isso é como um tesouro que nos iguala a todos no fundamental, na dignidade comum e nos deveres e direitos comuns.

A comunhão aparece constantemente nas Sagradas escrituras. De fato, nos primeiros séculos, a Igreja nascente promoveu o vínculo profundo com a comunidade missionária no Espírito Santo, como se observa na experiência apostólica do Pentecostes. No entanto, não se limitava à ideia comunitária, pois a comunhão também fazia referência à relação filial dos crentes com Deus. Não surpreende, portanto, que se convertera em um núcleo essencial para a vida cristã, destacando a comunhão vertical com o Deus Trindade e a comunhão horizontal da Humanidade.

A partir desta perspectiva, podemos salientar alguns princípios e dimensões que podem se estabelecer considerando a eclesiologia de comunhão: Deus é comunhão na diversidade. A unidade não pode ser confunda com a uniformidade. O Povo de Deus constitui uma “comunhão de vida, de caridade e de verdade”[[3]](#footnote-3). Neste sentido cada Igreja particular tem de ser em si mesma comunhão. Não há na Igreja diversas missões. Em verdade, a missão é única com a participação de todos.

A partir da Igreja-comunhão, a constituição interna da Igreja não é representada pelo trinômio “clérigos - religiosos/as - leigos/as”, mas pelo binômio “*comunidade-mistérios e carisma”,* em que se destaca que a unidade (comunidade) é anterior à distinção (representada pelos diferentes ministérios e carismas que constroem a comunidade). Destaca-se aqui a condição cristã comum e ao mesmo tempo a livre e variada iniciativa do Espírito; suscita na Igreja a riqueza de ministérios e carismas para o uso comum; são reconhecidas e valorizadas as diferenças, mas de forma complementar e subordinadas à unidade[[4]](#footnote-4).

Na Igreja, o carisma se converte na expressão da comunhão na missão. E é assim que “a sociedade é incentivada à comunhão, como a Igreja; a partilhar e a participar próxima e íntegra, e de maneira especial para leigos e consagrados, e estes para os ordenados”[[5]](#footnote-5).

A noção da Igreja comum gera uma dinâmica interna que deve encarnar-se efetivamente na realidade concreta[[6]](#footnote-6). Isto é, não pode se limitar a uma palavra de uso habitual ou a um *slogan,* mas deve responder a um verdadeiro projeto eclesial. O objetivo da comunhão é a união com Deus e com os outros, o que necessita de instrumentos significativos para que esta de produza: “Nossa vida se unifica em torno de Cristo nas três dimensões do carisma: a espiritualidade nos envia à missão e gera vida partilhada; a comunhão nos fortalece na missão e plenifica a espiritualidade; a missão descobre novas facetas da espiritualidade e nos faz viver a fraternidade”[[7]](#footnote-7).

1. Cf CL 55.3 [↑](#footnote-ref-1)
2. *Sacrae disciplinae leges*. [↑](#footnote-ref-2)
3. *Lumen Gentium*, 9. [↑](#footnote-ref-3)
4. Antonio Botana, *Las familias carismáticas en la Iglesia-comunión.* [↑](#footnote-ref-4)
5. José María Arnaiz, *Vida y misión compartidas. Laicos y religiosos hoy*, PPC, Madri, 2014, pág. 24. [↑](#footnote-ref-5)
6. Para aprofundar na recepção desta ideia de comunhão no Instituto, conferir a definição de “Comunhão” neste mesmo Projeto Léxico: http://www.champagnat.org/330.php?a=11a&id=4 [↑](#footnote-ref-6)
7. *Em torno da mesma mesa*, 123. [↑](#footnote-ref-7)